

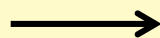
Orçamento do Estado para 2009

Apresentação



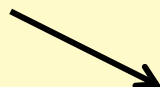
Princípios Orientadores

Responsabilidade Financeira

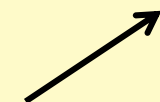


Realismo, prudência e rigor

Responsabilidade com a Economia



Responsabilidade com os portugueses



Combater os efeitos da crise



Realismo, Prudência e Rigor

O actual orçamento foi desenvolvido com base num conjunto de princípios que se caracterizam pelo:

Realismo

- O cenário macro incorpora a conjuntura externa adversa, reflectindo-se nas projecções macroeconómicas para a economia portuguesa.

Prudência

- Os pressupostos assumidos estão em linha com os adoptados pelas diversas entidades da EU.

Rigor

- As medidas previstas não comprometem os resultados alcançados em termos de consolidação, mantendo a capacidade do Governo para continuar a exercer as medidas de política orçamental necessárias às famílias e à economia.



Cenário Macroeconómico

Pressupostos

	OE 2009	
	2008	2009
Procura externa (bens) (taxa de variação em volume)	3,0	1,5
Preço do petróleo Brent (US\$/bbl)	102,5	97,2725
IHPC área do euro (taxa de variação)	3,6	2,0
Taxa de juro mercado monetário - Euribor 3 meses	4,9	4,5
PIB na área do Euro (taxa de variação em volume, %)	1,3	0,2
Taxa rendibilidade Obrigações Tesouro a 10 anos	4,6	4,41
Taxa de câmbio efectiva para Portugal (taxa de variação)	1,3	-1,1508
Taxa de câmbio do EUR/USD	1,48	1,3764

Fonte - Comissão Europeia e Cálculos MFAP



Cenário Macroeconómico

Projeções

	OE 2009	
	2008 (e)	2009 (p)
1. Despesa e PIB (variação em volume, em %)		
Consumo Privado	1,3	0,8
Consumo Público	-0,2	0,2
Investimento (FBCF)	1,7	1,5
Procura Interna	1,3	0,9
Exportações	2,4	1,2
Importações	3,4	1,8
PIB	0,8	0,6
2. Preços (taxas de variação, em %)		
Deflator do PIB	2,2	2,5
Taxa de Inflação (a)	2,9	2,5
3. Emprego e Desemprego		
Emprego Total (taxa de variação, em %)	0,8	0,4
Taxa de Desemprego (%)	7,6	7,6

Notas: (a) Medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor; (e) estimativa; (p) previsão.
Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.



Contas Públicas em 2008 e 2009

	2008		2009	
	valor	% PIB	valor	% PIB
Receita Total	73.860	44%	75.998	44%
Receita Fiscal e Contributiva	61.626	37%	61.361	35%
Despesa Total	77.556	46%	79.848	46%
Despesa Corrente primária	67.742	40%	67.948	39%
Despesa Primária	72.509	43%	74.072	43%
Despesa com o Pessoal	21.309	13%	18.718	11%
Saldo	-3.696	-2,2%	-3.851	-2,2%
Saldo corrente primário	3.705	2%	4.522	3%
Saldo Primário	1.352	1%	1.926	1%
Investimento	3.846	2%	4.351	3%
Dívida Pública	106.966	63,5%	111.177	64,0%



Evolução da Despesa Corrente Primária

A despesa corrente primária decresce 1,83% face a 2008. Este efeito positivo é explicado por 2 factores:

- Controlo de admissões de pessoal, pela aplicação da regra de 1 entrada por cada 2 saídas. (Mantém-se para 2009), com um uma redução, em 3 anos, de mais de 51.000 funcionários
- Moderação Salarial, pela implementação de mecanismos de avaliação mais justos, terminando com as progressões automáticas

Controlo de Admissões de Pessoal

	2006	2007	2008 (a)	Total
Entradas	8.915	12.679	5.479	27.073
Saídas	30.272	30.692	17.592	78.556
Saldo	-21.357	-18.016	-12.113	-51.486

Notas: (a) Valores a Setembro de 2008



Evolução das Despesas do Estado por Função

FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES	2009	
	Orçamento	Estrutura despesa (%)
Funções Gerais de Soberania	6.800,3	14,1
Funções Sociais	29.175,3	60,3
1. Educação	7.974,3	16,5
2. Saúde	9.431,9	19,5
3. Segurança e acção sociais	10.876,6	22,5
4. Outros	892,4	1,8
Funções Económicas	1.411,3	2,9
Outras Funções	10.990,3	22,7
1. Operações da dívida pública	5.700,0	11,8
2. Transferências entre administrações	4.640,3	9,6
3. Diversas não especificadas	650,0	1,3
Despesa sem activos	48.377,1	100,0
Activos financeiros	20.954,2	
Despesa com activos	69.331,3	12.679



Evolução das Receitas Fiscais

Impostos	2008 (e)	2009 (p)	Variação %
IRS	9 339,4	9 380,7	0,4%
IRC	5 937,9	5 882,5	-0,9%
Outros	10,9	10,4	-4,6%
Impostos Directos	15 288,2	15 273,6	-0,1%
ISP	2 561,9	2 650,0	3,4%
IVA	13 880,0	14 355,0	3,4%
ISV	940,7	1 100,0	16,9%
IT	1 288,0	1 375,0	6,8%
IABA	196,6	220,0	11,9%
Selo	1 822,0	1 964,0	7,8%
IUC/ IC	104,9	134,8	28,5%
Outros	63,8	51,5	-19,2%
Impostos Indirectos	20 857,9	21 850,4	4,8%
Total Geral	36 146,1	37 124,0	2,7%



Prioridades em 2009

- Prosseguir a política de **rigor orçamental**, tendo em vista aprofundar a consolidação das contas públicas mesmo num contexto económico adverso
- Assegurar a **reforma na administração pública**, nomeadamente na sua modernização, simplificação e redução de custos de contexto, na requalificação dos funcionários públicos e na melhoria das práticas de pagamento a fornecedores
- Manter a **sustentabilidade da segurança social**
- **Apoiar os cidadãos e as famílias** procurando reforçar o seu rendimento familiar e potenciar a sua capacidade de contribuir para o tecido económico através do investimento em Educação, I&D, Ciência e Tecnologia
- **Apoiar as empresas**, pela recuperação e reestruturação em curso da **actividade económica** e da **criação de emprego**
- Trazer **segurança aos mercados**, com a criação de mecanismos que garantam as poupanças das famílias e relancem a confiança interbancária



Combater os Efeitos da Crise

Apoiar as famílias

Reforço de medidas existentes:

- **Rendimento Social de Inserção**
Promoção efectiva da inserção laboral e social dos seus beneficiários (80 000 até 2010)
- **Complemento Solidário para Idosos**
Alargamento a todos os pensionistas com mais de 65 anos e introdução de benefícios adicionais de saúde
- **Retribuição Mínima Mensal Garantida**
Salvaguardar, dada a conjuntura económica, o reforço do poder de compra dos seus beneficiários
- **Acção Social Escolar**
Alargamento dos apoios e do número de beneficiários



Combater os Efeitos da Crise

Apoiar as famílias (cont.)

Introdução de novas medidas, que visam:

- Apoiar as despesas escolares das famílias com a 13.^a prestação do abono de família que passará a abranger todas as 780 mil famílias beneficiárias
- Proteger o património imobiliário das famílias, instituindo a possibilidade das famílias endividadas alienarem o imóvel a um fundo ou sociedade, substituindo os encargos com a prestação bancária por uma renda de valor inferior, mantendo uma opção de compra sobre o imóvel que arrendem
- Proteger contra a precariedade no emprego pela criação de uma nova contra-ordenação muito grave para a dissimulação de contrato de trabalho (“falsos recibos verdes”)



Combater os Efeitos da Crise

Apoiar as famílias (cont.)

Introdução de novas medidas, que visam:

- Poupança Fiscal das famílias na venda de habitação própria e permanente alargando as condições de exclusão de tributação em IRS nos casos de reinvestimento numa nova habitação
- Aumentar a protecção na doença a todos os trabalhadores que exercem funções públicas
- Reduzir o esforço contributivo das famílias pela redução do IVA para 5% nos assentos próprios para o transporte de crianças em veículos automóveis e nas prestações de serviços de manutenção ou reparação de próteses, equipamentos, aparelhos e artefactos para as pessoas com deficiência



Combater os Efeitos da Crise

Apoiar as famílias (cont.)

Introdução de novas medidas, que visam:

- Reforçar a protecção a pessoas com deficiência, pela majoração em 14% da actual dedução à colecta por cada sujeito passivo ou dependente com deficiência
- Aumentar a equidade fiscal, pela introdução de novos mecanismos de combate à fraude e evasão fiscais com o agravamento do regime fiscal dos sinais exteriores de riqueza
- Aumentar o salário dos funcionários da Administração Pública, que permitirá um ganho real de poder de compra



Combater os Efeitos da Crise

Apoiar a economia e as empresas

- Descida do IRC
- Descida dos Pagamentos por conta
- Concessão de uma garantia do Estado até 20 mil milhões de euros
- Aposta na Educação, Ciência e Tecnologia
- Simplificação e desburocratização administrativa
- Criação de uma nova linha de crédito para as PME no valor de 1000 milhões de euros
- Iniciativa com relevância no sector da habitação



Combater os Efeitos da Crise

Reforço da estabilidade financeira

- Garantia pessoal do Estado às operações de financiamento e refinanciamento dos bancos que pode ir até 20 000 milhões de euros
- Protecção dos depósitos através do fundo de garantia até ao valor de 100 mil euros por depositante e por instituição
- Reforço da transparência dos deveres de informação nos mercados financeiros
- Agravamento das coimas e molduras penais nos crimes e contra-ordenações contra o mercado de capitais
- Reforço da acção concertada dos supervisores financeiros

